



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

A Administração da Enerpeixe S.A. ("Enerpeixe" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O ano de 2014 trouxe imensos desafios ao setor elétrico. É certo que o Brasil enfrentou a maior crise hídrica de sua história, sendo que nunca por tão longo tempo os cidadãos ficaram observando uma estagim de tamanha intensidade e proporção, e como não poderia deixar de ser diferente, dadas as próprias características de interligação entre a geração de energia elétrica por meio de fontes hídricas e a captação de água, este fenômeno gerou impactos relevantes nas operações de compra e venda de energia.

Na maior parte do ano, o Sistema Elétrico contou com a operação ininterrupta de Usinas Térmicas que produzem energia elétrica a um custo superior ao da energia produzida a partir de matrizes hídricas, por conta dos percalços já relatados acima. Sendo a base energética nacional preponderantemente hídrica, para amenizar os efeitos foram necessários planos de apoio ao setor elétrico, que inexoravelmente culminaram no aumento do custo da energia.

Para os agentes participantes do setor elétrico inseridos na categoria de geradores ou comercializadores, os resultados obtidos foram variáveis de acordo com a situação energética ao longo do ano, sendo que para os agentes com energia disponível para negociação de venda no mercado de curto prazo, o cenário esteve mais favorável, com preço de liquidação das diferenças médio anual em todos os submercados na ordem de R\$650,00/MWh, adicionando a estes uma receita substancialmente importante, enquanto que para os agentes com déficit energético, o efeito percebido foi de aumento considerável, em relação a 2013, nos valores negociados no mercado de curto prazo.

2. PRÊMIOS E CONQUISTAS

Na busca contínua pela excelência, a Enerpeixe no ano de 2014 manteve as certificações obtidas anteriormente, para os processos de operação e manutenção da UHE Peixe Angical, da ISO NBR 14001 na valorização do contingente de colaboradores, da OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho com créditos na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos), INMETRO (Brasil) e na ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção, com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo precípuo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

Em dezembro de 2014, a Enerpeixe foi recertificada com o nível Ouro do Selo de Energia Sustentável promovido pelo Instituto Acende Brasil. Nesta recertificação a performance da Companhia foi de 32 pontos assertivos entre os 33 pontos possíveis de serem alcançados, o que demonstra a excelência no trato das questões afetas à sustentabilidade e meio ambiente.

Já no aspecto social, foi realizada a quinta edição do prêmio Empresário Amigo do Esporte, que premiou o projeto "Aprender e Crescer - Inclusão Social através do Futebol Society", que consiste em escolinhas de futebol society para crianças e jovens em situação de risco social, nos municípios de Palmas e Peixe, Estado do Tocantins. Tal projeto foi realizado em conjunto com outras empresas do setor, visando fomentar a relevância social das localidades de influência da Companhia.

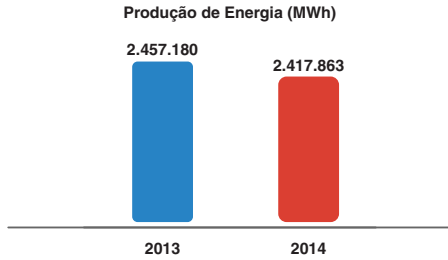
3. RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Em 2014, a Enerpeixe, consciente de sua responsabilidade sócio-ambiental, deu continuidade aos seus projetos sociais nas áreas de educação, esporte e assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina. No aspecto ambiental, a Enerpeixe apoiou, ainda, diversas iniciativas de estudos e conservação do patrimônio natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos naturais de forma sustentável e equilibrada, dentro da sua área de atuação, de forma a primar pelo contexto no qual está inserida a UHE Peixe Angical.

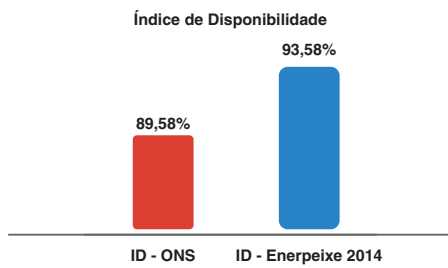
4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Enerpeixe S.A. opera e mantém a UHE Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins tendo a margem direita o município de São Salvador e a margem esquerda o município de Peixe, ambos no Estado do Tocantins, região Norte do Brasil.

A geração de energia elétrica da UHE alcançou em 2014 a marca de 2.417.863 MWh, 1,6% abaixo da energia produzida durante o ano de 2013 que foi de 2.457.180 MWh.



Apesar da geração ter ficado em patamar pouco menor que no ano anterior, a UHE Peixe Angical apresentou Índice de Disponibilidade (ID) para 2014 na ordem de 93,58%, ou seja, bem acima do ID de referência do ONS, que é 89,58%.

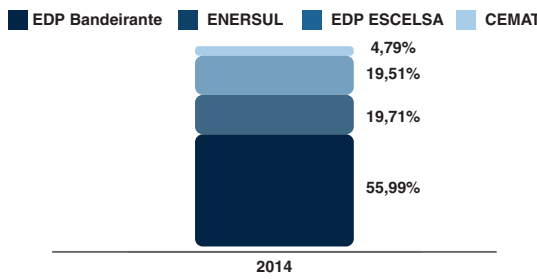


5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 Receita com Suprimento de Energia Elétrica

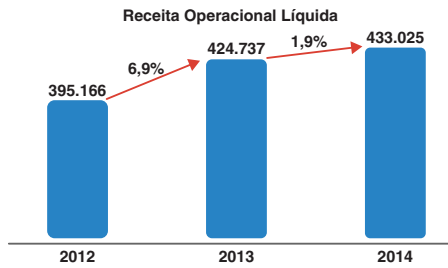
No acumulado do ano, a receita com suprimento de energia elétrica atingiu a grandeza de R\$469.394 (em milhares de reais) o que representa aumento de 5,62%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Destaca-se como fato impactante deste acréscimo o reajuste anual realizado no aniversário de cada contrato de venda de energia.

Do suprimento de energia elétrica vendida, 100% são contratos fechados com distribuidoras de energia elétrica.



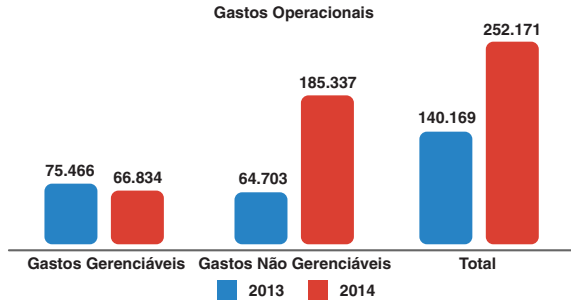
5.2 Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida da Companhia apresenta crescimento de 1,9% comparado a 6,9%, calculado para o mesmo período de 2013. A redução no crescimento, em comparação com ciclo 2012-2013, tem como causa principal a menor negociação de sobras de energia no Mercado de Curto Prazo, durante o exercício de 2014.



5.3 Gastos Operacionais Gerenciáveis e Não Gerenciáveis

Em 2014 a Companhia registrou contabilmente o valor de R\$252.171 como gastos operacionais. Esse valor é 79,9% superior a 2013.

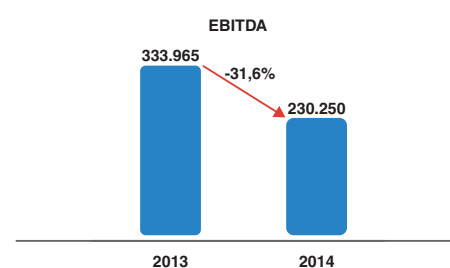


A redução do grupo Gastos Gerenciáveis deu-se a partir da implementação de melhores práticas de negociação com fornecedores, bem como por meio da implantação de políticas internas de controle e contenção de gastos, além de também ter sido considerado em tal componente o produto da alienação de propriedade rural inservível a concessão, previamente autorizada pelo Órgão Regulador do setor. Combinadas estas ações, foi possível realizar uma economia de 11,4% frente ao ano de 2013.

Os Gastos Não Gerenciáveis por sua vez foram elevados em 186,4% frente a 2013, que em sua grande parte teve como responsável a situação de extremo desfavor do regime hidrológico, não somente para a Companhia, como também para todo setor elétrico brasileiro.

5.4 EBITDA

O exercício de 2014 demonstrou uma redução no EBITDA da Companhia na ordem de 31,6% frente a 2013, este resultado teve como fator principal os efeitos do grupo de Gastos Não Gerenciáveis.



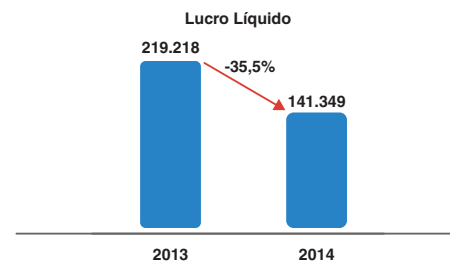
5.5 Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em 2014, comparado ao ano de 2013, teve resultado bastante expressivo entre a equação receitas e despesas financeiras. A receita financeira registrou queda de 27,9%, correspondente a R\$3.411 frente a 2013, sendo explicada por meio da menor disponibilidade de recursos aplicáveis durante o exercício. A despesa financeira também contabilizou uma queda de 31,2% em R\$16.726, quando confrontado com o exercício de 2013, sendo que o principal componente desta variação foi o comportamento do IGP-M, que apresentou decréscimo durante alguns meses de 2014, o que culminou em menor valor de variação do UBP (Uso do Bem Público), cuja base de atualização é feita pela variação do já citado índice de correção monetária.

Diante desse cenário, o resultado financeiro líquido teve uma melhora de 32,2%, na ordem de R\$13.315, quando observado em comparação com o ano de 2013.

5.6 Lucro Líquido

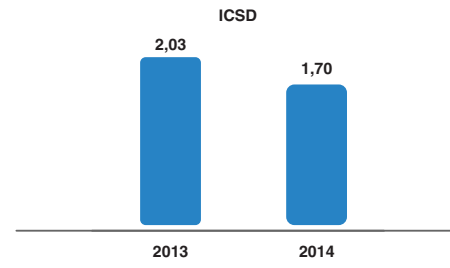
O lucro líquido do exercício de 2014 totalizou R\$141.349, o que corresponde a 35,5% inferior ao exercício de 2013. Os efeitos demonstrados no EBITDA e no Resultado Financeiro explicam em sua totalidade a variação obtida.



5.7 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) é calculado pela divisão da geração de caixa operacional pelo serviço da dívida em 2014, tendo atingido o numeral de 1,70 em 2014, frente a 2,03 obtido em 2013. O BNDES e os demais agentes financeiros solicitam que o ICSD para o financiamento estruturado sob a forma de *Project Finance* seja de no mínimo de 1,3.

A Companhia mantém o atendimento aos *covenants* em sua plenitude.



5.8 Endividamento

O endividamento da Companhia permanece sendo regularmente reduzido ao longo dos anos. Os contratos firmados com o BNDES e as Instituições Financeiras repassadoras (Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú-Unibanco S.A.), tem vencimento previsto para janeiro de 2016.

Em dezembro de 2014 o endividamento da Enerpeixe foi de R\$123.840, sendo deste montante R\$114.352 vencíveis durante 2015 e R\$9.488 vencíveis em 2016.

6. CONCLUSÃO

Em que pese o cenário energético desfavorável não somente para a Enerpeixe, como também para todas as empresas do setor elétrico, mesmo assim a Companhia manteve a lucratividade, em 2014 o lucro líquido apurado foi de R\$141.349.

Indo de encontro ao lucro, a Companhia em contínuo atendimento aos acionistas liquidou financeiramente durante o ano de 2014 dividendos relativos ao exercício de 2013 no montante de R\$55.165, além de ter fechado o ano com caixa e equivalentes de caixa de R\$66.619.

Tais fatores somente reforçam o compromisso da administração da Companhia em um patamar de excelência. Os resultados são fruto do trabalho de todos os membros da sociedade: acionistas, conselho de administração, diretorias e colaboradores.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE ENERPEIXE

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (em milhares de reais)				2013 Valor (em milhares de reais)				
	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)				433.025					
Resultado operacional (RO)				481.934					
Folha de pagamento bruta (FPB)				9.168					
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	574	6,26%	0,13%	560	5,67%	0,13%			
Encargos sociais compulsórios	1.744	19,02%	0,40%	2.025	20,50%	0,48%			
Previdência privada	262	2,86%	0,06%	294	2,98%	0,07%			
Saúde	486	5,30%	0,11%	492	4,98%	0,12%			
Segurança e saúde no trabalho	68	0,74%	0,02%	65	0,66%	0,02%			
Educação	12	0,13%	0,00%	26	0,26%	0,01%			
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Capacitação e desenvolvimento profissional	140	1,53%	0,03%	163	1,65%	0,04%			
Creches ou auxílio-creche	8	0,09%	0,00%	10	0,10%	0,00%			
Participação nos lucros ou resultados	566	6,17%	0,13%	404	4,09%	0,10%			
Outros	222	2,42%	0,05%	161	1,63%	0,04%			
Total - Indicadores sociais internos	4.082	44,52%	0,94%	4.200	42,51%	1,01%			
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL			
Educação	-	0,00%	0,00%	42	0,01%	0,01%			
Cultura	73	0,02%	0,02%	124	0,03%	0,03%			
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Esporte	59	0,01%	0,01%	72	0,02%	0,02%			
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Total das contribuições para a sociedade	132	0,03%	0,03%	238	0,06%	0,06%			
Tributos (excluídos encargos sociais)	384	0,08%	0,09%	75	0,02%	0,02%			
Total - Indicadores sociais externos	516	0,11%	0,12%	313	0,08%	0,08%			
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL			
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	2.143	0,44%	0,49%	1.803	0,38%	0,42%			
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Total dos investimentos em meio ambiente	2.143	0,44%	0,49%	1.803	0,38%	0,42%			
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%				
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2014			2013				
Nº de empregados(as) ao final do período	() direção	55	() todos(as) empregados(as)	() direção	58	() todos(as) empregados(as)			
Nº de admissões durante o período	() direção e gerências	14	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	10	() todos(as) empregados(as)			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	() não se envolve	47	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	20	(x) incentivar e seguirá a OIT			
Nº de estagiários(as)	() segue as normas da OIT	0	() todos(as) empregados(as)	() seguirá as normas da OIT	2	(x) todos(as) empregados(as)			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	() direção	10	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	11	(x) todos(as) empregados(as)			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	() direção e gerências	12	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	13	(x) todos(as) empregados(as)			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	() direção e gerências	20,00%	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	0,00%	(x) todos(as) empregados(as)			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	() direção e gerências	5	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	0	(x) todos(as) empregados(as)			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	() direção e gerências	0,00%	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	0,00%	(x) todos(as) empregados(as)			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	() direção e gerências	0	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	0	(x) todos(as) empregados(as)			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2014			Metas 2015				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	() não se envolve	6	() organiza e incentiva	() não se envolverá	6	() organizar e incentivará			
Número total de acidentes de trabalho	() não se envolve	0	() organiza e incentiva	() não se envolverá	0	() organizar e incentivará			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + CIPA	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + CIPA			
Quando a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivar e seguirá a OIT			
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)			
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos			
Quando a participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizar e incentivará			
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		258.702			359.365				
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		27% governo 4% colaboradores(as) 25% acionistas 14% terceiros 30% retido			22% governo 2% colaboradores(as) 18% acionistas 15% terceiros 43% retido				
7 - Outras Informações									
A Enerpeixe não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.									
A Enerpeixe valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.									
Informações não auditadas.									

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	66.619	47.187
Concessionárias	4	53.461	56.812
Impostos e contribuições sociais	5	4.846	3.211
Estoques		1.106	347
Cauções e depósitos vinculados	9	1.009	1.858
Despesas pagas antecipadamente		15	10
Outros créditos		572	669
Total do Ativo Circulante		127.628	110.094
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	41.249	39.341
Cauções e depósitos vinculados	9	34.366	36.851
Imobilizado	10	1.535.110	1.581.528
Intangível	11	109.846	115.286
		1.644.956	1.696.814
Total do Ativo Não Circulante		1.720.571	1.773.006
Total do Ativo		1.848.199	1.883.100

(Em milhares de reais)			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Circulante			
Fornecedores	12	24.854	7.972
Impostos e contribuições sociais	5	18.337	32.258
Dividendos	20	55.375	55.165
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	114.352	114.752
Obrigações estimadas com pessoal	16	1.233	1.169
Encargos regulamentares e setoriais	14	4.170	5.216
Uso do bem público	15	19.244	18.887
Outras contas a pagar		76	142
Total do Passivo Circulante		237.641	235.561
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	9.488	123.342
Uso do bem público	15	211.421	210.750
Total do Passivo Não Circulante		220.909	334.092
Patrimônio Líquido			
Capital social	19,1	882.628	882.628
Reservas de capital		18.546	18.546
Reservas de lucros		488.475	412.273
Total do Patrimônio Líquido		1.389.649	1.313.447
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.848.199	1.883.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)			
		2014	2013
Receitas		433.025	424.737
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo do serviço de energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(142.583)	(21.436)
Encargos de uso da rede elétrica		(28.766)	(29.640)
		(171.349)	(51.076)
Custo de operação			
Pessoal		(5.332)	(5.600)
Materiais e serviços de terceiros		(8.587)	(10.852)
Depreciações e amortizações		(49.223)	(49.353)
Outros custos de operação		(672)	(1.504)
		(63.814)	(67.309)
(235.163)		(118.385)	(118.385)
Lucro bruto		197.862	306.352
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas com vendas		836	
Despesas gerais e administrativas		(7.886)	(8.439)
Depreciações e amortizações		(173)	(45)
Outras despesas e receitas operacionais		(9.785)	(13.300)
		(17.008)	(21.784)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		180.854	284.568
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		8.784	12.195
Despesas financeiras		(36.825)	(53.551)
		(28.041)	(41.356)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		152.813	243.212
Imposto de renda e contribuição social correntes		(13.372)	(28.689)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.908	4.695
		(11.464)	(23.994)
Resultado líquido do exercício		141.349	219.218

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2014 e 2013.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)					
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	882.628	18.546	407.955	-	1.309.129
Ajustes de exercícios anteriores					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	882.628	18.546	407.955	-	1.309.129
Dividendo extraordinário - AGE de 19/11/2013			(150.000)		(150.000)
Lucro líquido do exercício				219.218	219.218
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			10.961	(10.961)	-
Reserva de retenção de lucros			106.674	(106.674)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			36.683	(36.683)	-
Dividendos / JSCP			(64.900)		(64.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	882.628	18.546	412.273	-	1.313.447
Ajustes de exercícios anteriores					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	882.628	18.546	412.273	-	1.313.447
Lucro líquido do exercício				141.349	141.349
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			7.067	(7.067)	-
Reserva de retenção de lucros			50.901	(50.901)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			18.234	(18.234)	-
Dividendos / JSCP				(65.147)	(65.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	882.628	18.546	488.475	-	1.389.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		152.813	243.212
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(836)	
Depreciações e amortizações		50.745	51.562
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		4.104	25
Despesas pagas antecipadamente		719	781
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		16.641	27.100
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		18.962	26.087
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências			(458)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			1
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária		18.439	18.110
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(3.818)	(2.428)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(290)	(210)
		257.479	363.782
(Aumento) Diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		4.187	(8.905)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(1.345)	(2.178)
Estoques		(759)	126
Cauções e depósitos vinculados		7.152	17.530
Despesas pagas antecipadamente		(724)	(427)
Outros ativos operacionais		97	(333)
		8.608	5.813
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		16.882	(13.821)
Outros tributos e contribuições sociais		(10.462)	(10.051)
Obrigações estimadas com pessoal		64	249
Encargos regulamentares e setoriais		(19.485)	(19.545)
Provisões			(208)
Uso do bem público		(17.934)	(17.037)
Outros passivos operacionais		(66)	73
		(31.001)	(60.340)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		235.086	309.255
Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.603)	(18.945)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		208.483	290.310
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(2.991)	(6.704)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(2.991)	(6.704)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas			(637)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(55.165)	(212.985)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(113.854)	(113.853)
Pagamento de Encargos de dívidas		(17.041)	(27.567)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(186.060)	(355.042)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		19.432	(71.436)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		66.619	47.187
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		47.187	118.623
		19.432	(71.436)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2014	2013
Geração do valor adicionado		492.282	479.414
Receita operacional		481.934	472.710
Receita relativa à construção de ativos próprios		5.815	6.704
Outras receitas		4.533	
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(190.819)	(80.698)
Custos da energia comprada		(142.583)	(23.621)
Encargos de uso da rede elétrica		(28.766)	(32.661)
Materiais		(3.075)	(5.062)
Serviços de terceiros		(15.299)	(16.364)
Outros custos operacionais		(1.096)	(2.990)
Valor adicionado bruto		301.463	398.716
Retenções			
Depreciações e amortizações		(51.545)	(51.546)
Valor adicionado líquido produzido		249.918	347.170
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		8.784	12.195
Valor adicionado total a distribuir		258.702	359.365
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal		9.168	8.005
Remuneração direta		7.378	6.203
Benefícios		1.362	1.291
F.G.T.S.		428	511
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		70.841	78.133
Estaduais		70.457	78.067
Municipais		312	27
		72	39
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		37.344	54.009
Aluguéis		36.825	53.551
		519	458
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio		65.147	64.900
		65.147	64.900
		182.500	205.047
Lucros retidos		76.202	154.318
		258.702	359.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional	Constituída em 2 de maio de 2001, a Enpeixe S.A. ("Companhia" ou "Enpeixe"), Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001.
	A Usina tem potência instalada de 498,75 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 280,5 MW, conforme a Portaria nº 11 do MME de 19 de maio de 2011.
	A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no ambiente de contratação regulada (ACR) assim como no ambiente de contratação livre (ACL).
	1.1 Contrato de Concessão
	A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo do Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplimento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes a exploração de energia elétrica.
	No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOI (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL. A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Concedente poderá promover a encampação, mediante indenização prévia, dos bens ainda não depreciados, que tenham sido realizados pelas Concessionárias. A determinação do valor da indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os investimentos realizados pelas Concessionárias durante a vigência do Contrato, ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.
2 Base de preparação	
2.1 Declaração de conformidade	As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada pela Administração em 27 de fevereiro de 2015, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as <i>International Financial Reporting Standards</i> - IFRS, emitidos pelo <i>International Accounting Standards Board</i> - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
2.2 Base de mensuração	As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.
2.3 Uso de estimativa e julgamento	Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
	As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Análise de redução ao valor recuperável dos ativos; e Avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis.
2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação	A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
2.5 Redução ao valor recuperável	
Ativo financeiro	São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.
Ativo não financeiro	A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do Imobilizado e Intangível, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.
	Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
2.6 Adição das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas	
2.6.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia	
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de <i>impairment</i> para ativos financeiros; e (ii) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)	Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Natureza dos créditos	Ativo Não Circulante			Resultado		
	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013		
Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IR	CS	Total	IR/CS	IR/CS
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	284	(284)	
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	-	-	-	(337)	337	(197)
Total diferenças temporárias	-	-	-	(53)	53	(197)
Diferenças temporárias - RTT						
Licenças ambientais - CPC 25						127
Uso do bem público - CPC 25	121.321	30.330	10.919	41.249	39.394	1.855
Total diferenças temporárias - RTT					39.394	1.855
Total Ativos/Passivos Diferidos	30.330	10.919	41.249	39.341	1.908	4.695

7 Partes relacionadas

Contraparte	Objeto do contrato	Data da transação	Período de duração	Preço praticado		Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				R\$/MWh em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013	
Concessionárias											
Bandeirante	Venda de energia elétrica	23/12/02	1/2/2006 a 31/1/2016	202,39	19.323	20.176				187.802	180.214
Venda de energia elétrica		23/12/02	1/2/2006 a 31/1/2016	202,64	7.215	7.270				70.732	65.737
Escelsa	Venda de energia elétrica	23/12/02	23/12/2002 a 31/1/2016	202,52	11.785	9.473				92.808	88.012
EDP Comercializadora	Venda de energia elétrica	23/12/02	23/12/2002 a 31/1/2016		38.323	36.919				351.342	334.655
Fornecedores											
EDP Comercializadora	Compra de energia elétrica	01/01/12	01/01/2012 a 31/12/2014				10.484	2.542		(102.557)	(21.977)
Furnas	Encargos de uso da rede						232	240		(2.220)	(2.414)
							10.716	2.782		(104.777)	(24.391)
					38.323	36.919	(10.716)	(2.782)		246.565	310.264

8 Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2014:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

8.1.1 Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2014:

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual (em R\$)	97.920	1.129.838	1.227.758
Salário ou pró-labore	81.600	941.532	1.023.132
Encargos sociais	16.320	188.306	204.626
Valor Total da remuneração, por órgão	97.920	1.129.838	1.227.758

8.1.2 Remuneração média anual do Conselho de Administração e Diretoria relativa ao exercício de 2014:

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	40.800	648.225
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	40.800	470.766
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	40.800	293.307

Obs: Dos 5 Conselheiros de administração da Enerpeixe, 2 são remunerados.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 9 de abril de 2014, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$1.200.000, para o período de abril de 2014 a março de 2015 inclusive, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do parágrafo único do artigo 13º do Estatuto Social da Companhia.

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2015	2016	2017	2018	2019	2020 a 2022	2023 a 2024	Realização após 2024	Não Circulante
1.412	1.594	1.594	1.594	1.594	4.782	4.782	23.897	41.249

A Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2014, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas,

de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Os valores a partir de 2024 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

Depósitos judiciais	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cauções e depósitos vinculados	1.009	1.858	34.324	36.798
Total	1.009	1.858	34.366	36.851

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados no Ativo Circulante, refere-se, basicamente, aos aportes de garantia realizados no âmbito da CCEE em função das operações de compra de energia no mercado de curto prazo e, o saldo de R\$34.324, são aplicações financeiras da Companhia mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado no item (iv) da nota 13.

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo: i) custos de aquisição, acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra; ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento e iii) quando aplicável, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da UHE Peixe Angical, estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. No caso da Companhia em regime de Produtor Independente, entende-se que existe o direito à indenização, caso esteja previsto no contrato de concessão, do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão aco mpanhadas e analisados os seus impactos se existentes. Na data do término da concessão, para efeitos de cálculo de indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis à União, o valor residual dos ativos serão atualizados de acordo com critério a ser definido pela ANEEL.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Geração				
Terrenos		13.023		13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	1,91	853.746	(139.718)	714.028
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,09	259.858	(45.860)	213.998
Máquinas e equipamentos	3,12	745.628	(187.006)	558.622
Veículos	14,15	1.155	(871)	284
Móveis e utensílios	8,68	931	(394)	537
		1.874.341	(373.849)	1.500.492
Administração				
Máquinas e equipamentos	3,12	13	(5)	8
Veículos				
Móveis e utensílios	8,68	455	(232)	223
		468	(237)	231
		1.874.809	(374.086)	1.500.723
Total do Imobilizado em serviço				
Imobilizado em curso		34.387		34.387
Total do Imobilizado em curso		34.387		34.387
Total Imobilizado		1.909.196	(374.086)	1.535.110

De acordo com a Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2013		31/12/2014	
	Valor líquido	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Terrenos	13.023			13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	734.136		(16.349)	717.787
Edificações, obras civis e benfeitorias	219.263	165	(5.430)	213.998
Máquinas e equipamentos	581.777	89	(23.235)	558.631
Veículos	403		(106)	297
Móveis e utensílios	795	83	(120)	758
Total do Imobilizado em serviço	1.549.397	-	337	(45.240)
Imobilizado em curso	32.131	2.926	(337)	34.720
Total do Imobilizado	1.581.528	2.926	-	(45.240)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de proceder o teste de recuperabilidade dos ativos pela Administração da Enerpeixe.

11 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização, com exceção das servidões permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. Intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são avaliados anualmente para fins de imparidade.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Geração				
Software	20,00	711	(617)	94
Servidão permanente		269		269
Direito de concessão - Licenças ambientais	16,67	2.747	(2.213)	534
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	3,28	151.423	(42.613)	108.810
		155.150	(45.443)	109.707
Administração				
Software	20,00	270	(223)	47
		270	(223)	47
Total do Intangível em Serviço		155.420	(45.666)	109.754
Intangível em curso		92		92
Total Intangível		155.512	(45.666)	109.846

A movimentação do Intangível no exercício é a seguinte:

	31/12/2013		31/12/2014	
	Valor líquido	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Valor líquido
Intangível em serviço				
Software	221		4	143
Servidão permanente	268		1	269
Direito de concessão - Licenças ambientais	992		(458)	534
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	113.773		(4.965)	108.808
Intangível em curso	32	65	(5)	92
Total Intangível	115.286	65	-	(5.505)

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado a taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

13.1 Composição dos empréstimos

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2014			31/12/2013				
									Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
BNDES (1)	335.000	21/05/2004	335.000	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.	4,5% a.a.	Principal e juros mensal	247	56.453	4.704	61.404	446	56.453	61.158	118.057
Banco Itaú (1)	100.500	21/05/2004	100.500	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.	4,5% a.a.	Principal e juros mensal	76	17.220	1.435	18.731	136	17.220	18.655	36.011
Bradesco (1)	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.	4,5% a.a.	Principal e juros mensal	63	14.350	1.196	15.609	113	14.350	15.546	30.009
Unibanco (1)	67.000	21/05/2004	67.000	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.	4,5% a.a.	Principal e juros mensal	50	11.480	957	12.487	91	11.480	12.437	24.008
Banco do Brasil (1)	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.	4,5% a.a.	Principal e juros mensal	63	14.350	1.196	15.609	113	14.350	15.546	30.009
						ii. Restrição de pagamento de dividendos.	acima da TJLP		499	113.853	9.488	123.840	899	113.853	123.342	238.094

(1) As garantias vinculadas aos empréstimos estão demonstrados na Nota 26.2

(iii) Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo (principal e encargos):

	31/12/2013		31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
2015	114.352		114.352	
2016		9.488		9.488
Total		9.488		123.840

(iv) Garantias e obrigações:

- Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização de juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização;
- Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas;
- Em 31 de dezembro de 2014, as cláusulas restritivas desses contratos de financiamentos encontram-se em pleno atendimento.

Mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

||
||
||

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Entre 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013. Esta liminar está vigente até a atualidade.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constituiu provisão. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$5.043 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$3.593.

SAESA - Santo Antônio Energia S.A.

Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As companhias e a ANEEL protocolaram junto ao STJ, pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela SAESA. O valor estimado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$4.118.

Fiscais

A Companhia através do processo de fiscalização nº 0816500.2014.00289-9 sobre a verificação da regularidade de recolhimentos de IRPJ, CSLL, PIS e da COFINS para o ano calendário de 2009 foi notificada a esclarecer as deduções realizadas a título de Juros sobre o Capital Próprio da base de apuração do IRPJ e da CSLL. Em 31 de dezembro de 2014 o processo possui valor de R\$16.372.

17.2 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como remota, para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014 é de R\$42 (R\$53 em 31 de dezembro de 2013), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 9).

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões: Contribuição definida

A partir do dia 03 de fevereiro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 40, a Companhia passou a patrocinar a EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A.; a implantação ocorreu em Março de 2010.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$ 131.

Esse plano tem a adesão de 30 colaboradores.

19 Patrimônio líquido**19.1 Capital social**

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2013:

	31/12/2014		
	Quantidade de ações	% Participação	Capital social
Acionistas			
EDP Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%	529.577
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40%	353.051
	833.252.089	100%	882.628

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

19.2 Reservas

	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de capital		
Incentivos fiscais	18.546	18.546
Reservas de lucros		
Reserva legal	58.805	51.738
Retenção de lucros	250.377	199.476
Incentivos fiscais	179.293	161.059
Total	488.475	412.273
	507.021	430.819

19.2.1 Reservas de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente a redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

19.2.2 Reserva de retenção de lucros

Os saldos remanescentes de lucros após dividendos são destinados à constituição de Reserva de Retenção de Lucros, em consonância com o Estatuto Social e as garantias estabelecidas no contrato de financiamento com o BNDES.

20 Dividendos

	Passivo	
	31/12/2014	31/12/2013
EDP - Energias do Brasil S.A.	33.225	33.099
Furnas Centrais Elétricas S.A.	22.150	22.066
Total	55.375	55.165

20.1 Remuneração aos acionistas

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido apurado no exercício	141.349	219.218
Constituição da Reserva de Incentivo fiscal - ADA	(18.234)	(36.683)
Constituição da reserva legal - 5%	(7.067)	(10.961)
Lucro a distribuir	116.048	171.574
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	29.012	42.894

Remuneração proposta:

Dividendos - JSCP *	65.147	64.900
Reserva de lucros - dividendo adicional proposto	50.901	106.674

Remuneração líquida**Dividendos - JSCP brutos por ação ordinária (R\$)**

	116.048	171.574
	0,0782	0,0779

* Juros sobre capital próprio aprovado em Reunião do Conselho de Administração, de 21 de dezembro de 2014, no valor de R\$65.147 (R\$55.375 líquido de IRRF).

21 Receita operacional líquida

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para concessionárias é efetuado mensalmente.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	MWh (*)	RS	MWh (*)	RS
Suprimento de Energia elétrica	2.373.960	2.377.860	469.394	444.411
Energia de curto prazo	11.039	80.051	12.540	28.299
Total	2.384.999	2.457.911	481.934	472.710
Total Suprimento	2.384.999	2.457.911	481.934	472.710
(-) Deduções à receita operacional			(44.579)	(43.726)
Tributos sobre a receita			(44.579)	(43.726)
PIS/COFINS			(4.330)	(4.247)
Encargos do consumidor			(4.330)	(4.247)
P&D				
Receita operacional líquida	2.384.999	2.457.911	433.025	424.737

(*) Não auditado

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2014		31/12/2013	
				Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	30.941	12.686	30.941	12.686
Caixa e equivalentes de caixa	3	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	35.678	34.501	35.678	34.501
Concessionárias	4	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	53.461	56.812	53.461	56.812
Cauções e depósitos vinculados	9	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	1.009	1.858	1.009	1.858
Não Circulante							
Cauções e depósitos vinculados	9	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	34.324	36.798	34.324	36.798
				155.413	142.655	155.413	142.655
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	12	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	24.854	7.972	24.854	7.972
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2	114.352	114.752	114.352	114.752
Uso do bem público	15	Outros ao custo amortizado	Nível 2	19.244	18.887	19.244	18.887
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2	9.488	123.342	9.488	123.342
Uso do bem público	15	Outros ao custo amortizado	Nível 2	211.421	210.750	211.421	210.750
				379.359	475.703	379.359	475.703

25.2.1 Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para a apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(ii) Concessionárias e Fornecedores: são compostos, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(iii) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(iv) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

25.2.2 Mensuração do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

Operação	Risco	Aging cenário provável		
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Ativos financeiros				
Aplicações Financeiras	CDI	1.661	357	-
Cauções e depósitos vinculados	CDI	3.960	357	-
Instrumentos financeiros ativos		5.621	357	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	3.517	19	-
Instrumentos financeiros passivos		3.517	19	-

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 11,25% e 9,25% e TJLP em 5,00%.

25.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionárias (Nota 4) e Cauções e depósitos vinculados (Nota 9). A Companhia em 31 de dezembro de 2014 tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada a energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas hidrelétricas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

22 Gastos operacionais

Com energia elétrica	De operação	Exercícios findos em 31 de dezembro				
		2014		2013		Total
		Com vendas	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total	
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda						
		142.583			142.583	21.436
		28.766			28.766	29.640
				939	939	994
				13.049	13.049	12.633
		171.349	-	-	13.988	185.337
Gerenciáveis						
		5.332	3.836		9.168	9.521
		767	262		1.029	1.713
		7.820	3.710		11.530	12.990
		43.801	91		43.892	43.896
		5.422	82		5.504	5.502
			(836)		(836)	
					-	(300)
					495	458
		125	370		(4.203)	(4.203)
					255	1.713
					(4.203)	(27)
					66.834	75.466
		63.814	(836)	8.059	9.785	252.171
		171.349	63.814	(836)	8.059	140.169

(i) Em atendimento as melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudos; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R\$9.168 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R\$152 (R\$189 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a treinamentos.

23 Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	8.487	11.965
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	290	210
Descontos obtidos	1	1
Outras receitas financeiras	6	19
	8.784	12.195
Despesas financeiras		
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada	(825)	(825)
Encargos de dívidas	(16.641)	(27.174)
Juros e multas sobre impostos	(76)	(129)
Atualização monetária de licenças ambientais		(1)
Atualização monetária e Ajuste a valor presente uso do bem público	(18.962)	(26.088)
Outras despesas financeiras	(321)	(159)
	(36.825)	(53.551)
	(28.041)	(41.356)

Total**24 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base nos resultados tributáveis, as alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Tanto o imposto de renda quanto a contribuição social consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

	IRPJ/CSLL	
	2014	2013
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	152.813	243.212
Alíquota IRPJ e CSLL	34%	34%
Ajustes para refletir a alíquota efetiva	(51.956)	(82.692)

	2014	2013
IRPJ e CSLL	51.956	82.692
Doações	19	(73)
Juros sobre o Capital Próprio	22.150	22.066
Outras		(26)
Outros		
Ajustes na DIPJ referente período social anterior	90	10
Incentivos fiscais		
ADA/SUDAM	18.233</	

continuação) **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2014				31/12/2013	
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	1.046	607			1.653	1.979
Obrigações de compra	61.239	13.158	1.998	13.885	90.280	40.085
Comercialização de energia	38.700				38.700	
Outras obrigações de compra	22.539	13.158	1.998	13.885	51.580	40.085
	62.285	13.765	1.998	13.885	91.933	42.064

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto de 8,90%.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques
Presidente

José Marcio Peralta
Conselheiro

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Marcus Vinicius Vaz
Conselheiro

José Cheram Pinto
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Julio Galvão de Araujo Junior
Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro

Carlos Nadalutti Filho
Diretor de Operação

Fábio Dias Bonvini
Gerente Administrativo e Financeiro
Contador - CRC 1SP253005/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Enerpeixe S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

26.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida

	31/12/2014	31/12/2013
	Valor	Valor
Depósito Cauconado	35.333	38.656
Fiança Bancária	5.280	5.295
Fiança Corporativa	238.093	238.093
Penhor de Ações	529.577	529.577
Penhor de Direitos	238.093	238.093
	1.046.376	1.049.714

Depósito caucionado: É um depósito em dinheiro oferecido como garantia das dívidas que possam vir a existir em relação ao empréstimo e financiamento. O saldo do Depósito caucionado, em sua totalidade, refere-se a garantia de empréstimo e financiamento, bem como, das garantias da CCEE.

Fiança bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF. O saldo de Fiança bancária, em sua totalidade, refere-se a locação de imóvel e contratos da ONS.

Fiança corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia, representando por 60% (sessenta por cento) do capital social da beneficiária, de propriedade da EDP - Energias do Brasil S.A..

Penhor de direitos: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/12/2014	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	141.369	49.114
Usinas	779.706	270.886
Responsabilidade civil	10.000	10.000

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2014 foram de R\$953, sendo R\$422 relativos a terrenos, serviço de apoio e desenvolvimento social, e R\$531 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento e Controle Ambiental e proteção de biodiversidade e da paisagem.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015



Valdir Renato Coscodadi
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO